

O fim do sistema bipolar e o termo da Guerra Fria deram lugar à emergência de dois processos simultâneos. Um evoluiu no sentido da mundialização das relações políticas, da crescente globalização e interdependência das relações económicas, da multilateralização e descentralização do relacionamento diplomático, da afirmação dos blocos regionais e de uma crescente intervenção de novos actores na vida internacional. Outro desenvolveu-se através da manifestação de lealdades nacionais, da afirmação dos nacionalismos na sua dimensão cívica e étnica, do retorno de manifestações identitárias.

De qualquer um destes processos decorreram fenómenos, cujas repercussões se fazem sentir também sobre o papel do Estado na sociedade e no mundo. Estamos perante um Estado em mudança, um Estado que se confronta com uma crescente dificuldade em lidar com actores, processos de natureza global, que desafiam a sua soberania, que desterritorializam os seus tradicionais atributos e que limitam o seu papel e as suas capacidades.

As funções do Estado têm vindo a ser crescentemente partilhadas com uma multiplicidade de protagonistas internos e internacionais. O fenómeno da deslocalização da autoridade tem sido acompanhado por mutações, dos critérios de legitimidade política, em relação aos quais o Estado não é o único detentor de autoridade, nem a soberania o princípio último de orientação do mundo político. No entanto mais do que ter perdido atributos soberanos, o Estado dispõe hoje de múltiplos mecanismos para o seu exercício, quer em relação aos desafios para os quais não dispõe de meios, quer para a resolução daqueles em relação aos quais o Estado se tornou uma estrutura demasiado complexa.

Se há consenso quanto à presença de factores transformativos do quotidiano internacional, as consequências concretas poderão ser algo controversas. Se por comodidade teórica, a tendência seja a de generalizar o fenómeno do esbatimento da autoridade dos estados, o valor empírico da afirmação poderá não estar totalmente certo, quer na sua tradução geográfica e na sua natureza, quer na sua manifestação externa.

Da mesma forma, a perspectiva estato-cêntrica tem conduzido muitos analistas a equacionar o mundo actual interdependente e globalizado, como um problema que afecta e minimiza o papel soberano dos estados. Talvez haja uma forma alternativa de o analisar, não como um desafio, mas antes como indicador de uma viragem histórica para um novo tipo de estado.

Mais do que considerar as transformações do sistema internacional e os desafios mundiais futuros como realidades que reduzem e inibem o papel dos estados, importa atentar na função que os mesmos poderão vir a desempenhar na construção de um novo tipo de estado.

Com este numero a Nação e Defesa, procura facultar um espaço de reflexão sobre temáticas que contêm implicações profundas, embora incertas, quanto às formas que o Estado dispõe hoje para proporcionar segurança aos cidadãos.

Nuno Severiano Teixeira